

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

Volume III



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1981

Notas de leitura sobre Blanqui e o Blanquismo — (A propósito da obra de Samuel Bernstein, *Auguste Blanqui, Paris, François Maspéro, 1970, 351 pp.*, traduzida do inglês por Jean Vaché).

Samuel Bernstein, historiador americano das ideias sociais e políticas e estudioso do movimento operário europeu, evidencia nesta obra sobre Auguste Blanqui uma marcada preferência pela metodologia genético-evolutiva. Com efeito, o autor retrata minuciosamente a trajectória conspirativa e a longa clausura presidiária do seu biografado e tenta precisar o sentido das inflexões teóricas do seu pensamento, correlacionando-o com a evolução política da França oitocentista.

A valorização desta linha metodológica sacrifica, como é de supor, os pressupostos duma análise estrutural, cometendo-a à posterior reflexão do leitor e ao ádito da sua pessoal informação. Mas mantém incólume a riqueza da diacronia e salvaguarda a necessária nitidez que deve presidir a toda a tentativa de conexão os pensamentos e os factos, a ideia e a vivência temporal. Cremos, de resto, que os estudiosos do pensamento e da acção blanquista nada terão a perder com leituras propedêuticas desta natureza, capazes de os habilitar à compreensão da problemática institucional e política sobre que se desenham as grandes aventuras individuais do pensamento e da acção. Poderão depois, com a segurança desta prévia abordagem, abalçar-se à leitura dos importantes trabalhos que Maurice Dommanget vem consagrando, de há muito, ao intemerato e voluntarista revolucionário francês: *Blanqui*, Paris, 1924; *Blanqui à Belle-Ile*, Paris, 1935; *Blanqui, la guerre de 1870-1871 et la Commune*, Paris, 1947; *Un drame politique en 1848: Blanqui et le document Tasche-reau*, Paris, 1948; *Auguste Blanqui à la citadelle de Doullens*, Paris, 1954; *Blanqui calomnié*, Paris, 1958; *Les idées politiques et sociales d'Auguste Blanqui*, Paris, 1958; *Auguste Blanqui. Des origines a la révolution de 1848*, Paris, 1969.

A importância de Blanqui e dos blanquistas nos destinos do socialismo francês não se pode fundamentalmente aferir pela capacidade mobilizadora da sua mensagem ou pela imponência numérica dos seus efectivos. Recorde-se, a este propósito, que os motins blanquistas de Maio de 1839 e de Agosto de 1870 se malograram por carência de suporte popular. O próprio partido blanquista, que se constituiu entre 1862 e 1865 e só perdeu individualidade em 1901, ao formar com a corrente marxista o Partido Socialista de França, não desempenhou na Comuna de 1871 um papel comparável ao do grupo internacionalista proudhoniano e contribuiu parcamente para a elaboração do programa social dos insurrectos. O que singularizou o movimento e lhe conferiu foros de novidade foi, em nossa opinião, a atitude de rotura que, desde o início, ele instaurou relativamente ao ideário socialista dominante até 1848; e foi também, por outro lado, a convergência mitigada que, a partir dessa data, se surpreende entre os pressupostos do blanquismo e os do marxismo.

A leitura da obra de Bernstein ajudou-nos a precisar estas asserções. Pelo que respeita à primeira, sublinhe-se que Blanqui contrariou a crença de um Louis Blanc na viabilidade duma mutação social harmoniosa e na exequibilidade duma revolução persuasiva, «por consentimento», profetizando, ao invés, a inevitabilidade do confronto entre o Capital e o Trabalho, desde sempre envolvidos num duelo intestino e mortal. Para além disto, o antigo carbonário ripostou com a técnica revo-

lucionária da barricada e com a estratégia do golpe de mão aos que, como Fourier e Proudhon, desvalorizavam o elemento político e asseveravam a independência dos seus programas relativamente à particular orientação dos regimes estabelecidos. Nesta dissonância de critérios também merece destaque o confesso ateísmo e o militante materialismo do chefe da «Société des Saisons», frontalmente discrepante dos reformismos idealistas de um Saint-Simon, de um Fourier, de um Cabet ou de um Pecqueur, os quais se escoravam, em flagrante comunhão de inspirações, em quadros de referência ética ou mística, que não raramente degeneravam em apoloéticas de retorno a fórmulas restauradas ou purificadas de religião. Iguamente significativa é a distância guardada por Blanqui em relação às soluções cooperativistas buchezianas e às pregações mutualistas proudhonianas. Basta recordar que para o autor da *Instruction pour une prise d'armes* o cooperativismo é «le piège le plus funeste où puisse tomber le prolétariat». Também contraditórias são as apreciações aos movimentos grevistas: às conhecidas reservas com que os mentores da primeira geração socialista encaravam as greves corresponde a afirmação de Blanqui de que elas são «la seule arme vraiment populaire dans la lutte contre le Capital».

Passemos agora a tratar sumariamente a questão das relações entre o blanquismo e o marxismo, após a convulsão de 1848. Marx e Blanqui nunca contactaram directamente. Sabemos, contudo, que Marx e Engels manobram em vão para fazerem incluir uma representação blanquista nas deputações presentes no primeiro congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores. Serviram-se, para tal, da mediação de Lafargue e de Watteau. Tal diligência não é, porém, demasiadamente significativa: Marx pretendia ver diminuída a influência da ala proudhoniana francesa na organização e forcejava por lançar contra ela as falanges blanquistas. Outro peso deve ser atribuído à carta que Lafargue, por presumível incumbência de Marx e Engels, dirigiu a Blanqui, em Junho de 1879. Nela se incitava o velho revolucionário a constituir o partido proletário de França e se dizia que Marx desejava conhecer pessoalmente Blanqui. Esta demonstração de apreço não resultava apenas do prestígio que o estratega das barricadas firmara, através de contínuas conspirações contra o poder da burguesia francesa, provindo igualmente de algumas afinidades de concepção. É certo que o plano de revolução marxista nunca gravitou em torno da conspiração e conferiu sempre ao proletariado industrial uma importância que se não vislumbra em Blanqui. Mas não é menos verdadeiro que encontramos em ambos, como vectores primários das suas ideologias, as teses da apropriação colectiva dos meios de produção, da ditadura centralizada e da urgência dum combate sistemático a todas as formas de idealismo e de sobrenatural. Tais afinidades explicam que o autor de «O Capital» tenha considerado Blanqui como «a cabeça e o coração do partido proletário em França».

Na obra de Samuel Bernstein, Blanqui é apresentado como «um rebelde romântico, que sempre contou com métodos ultrapassados para derrubar o poder da burguesia» (p. 50). Para comprovar o seu juízo, o historiador americano reporta-se ao modelo insurreccional blanquista. Neste, a gestão dos instrumentos revolucionários é deferida a um punhado de hierarcas paramilitares que exprimem o seu inextinguível devotamento à causa popular no seio de severas e disciplinadas sociedades secretas. O blanquismo desconfia da maturidade política das massas, reduzindo-as à simples condição de tropas de choque, executando docilmente os mandatos duma «inteligência» revolucionária onisciente. Não espanta que assim seja. A síntese

ideológica de Blanqui ressent-se da sua passagem pelas «lojas» carbonárias, nos anos da sua juventude; assimila a importância de que as élites se viram investidas nas revoluções de 1830 e 1848; denota a preferência do revolucionário romântico pela acção de rua e pela barricada; reflecte, finalmente, um isolamento presidiário de mais de três décadas, em momento vital da formação e primeiro desenvolvimento do grande capitalismo francês, o que impossibilitou a Blanqui uma percepção correcta do conjunto das multimodas consequências sociais do fenómeno da concentração industrial. Também aqui — e como sempre — a condicionante histórica imediata e o imperativo da experiência vital sobredeterminam a conceptualização.

AMADEU CARVALHO HOMEM

DENIS RICHEL — *La France Moderne: L'esprit des institutions*, Science-Flammarion, Paris, 1973.

Denis Richet, ao articular o político com o social e o cultural, supera as perspectivas tradicionais do conhecimento das instituições enquanto estruturas componentes da História, entendida como globalidade.

É assim que pensamos, com o autor de *La France Moderne: L'Esprit des Institutions*, que o estudo da realidade institucional exige um alargamento da sua focalização, para que o historiador possa ultrapassar o tradicionalismo das leituras jurisdicistas, não se deixando cair na armadilha do documento oficial — que tem como efeito fechar o acesso ao estudo da aplicação das ordens emanadas do poder régio —, nem se ficando pela mera «leitura» anatômica-atomística dos órgãos do poder, que omite, ou não tem em conta, a sua natureza social.

Se também nós partilharmos a crença acerca das possibilidades de se conhecer a História na sua totalidade, entendemos, todavia, ser possível uma pluralidade de perspectivas em relação ao objecto real, ainda que, neste sentido, reconheçamos os limites gnoseológicos resultantes de uma necessária abstracção das restantes regiões da realidade, interligadas dialecticamente e em devir.

O uso de uma conceptualização própria para a análise da «História Moderna» não é contraditório com a pressuposição de uma teoria geral da história, tanto mais que o ângulo em que se coloca o historiador, e por consequência, a realidade que ele manipula, é também específico. Daí que, expressões como «Antigo Regime», «Estado Moderno», «Estado Absoluto-Feudal», «Período de Transição do Feudalismo para o Capitalismo» e outras, se, por um lado, se têm revelado úteis, enquanto instrumentos operativos para o conhecer historiográfico deste período, não deixam, todavia, de ser limitadoras e de exigir uma utilização crítica.

Parece-nos, no entanto, ser mais significativo — isso sim — que os historiadores saibam em que sentido são utilizadas as referidas expressões com vista a substituir a discussão dos conceitos pela análise das realidades concretas.